



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004214-80.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Inadimplemento**
 Requerente: **ZAIR APARECIDO BUENO DE OLIVEIRA - ME**
 Requerido: **RM CITRUS LTDA - EPP e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Eduardo Montes Netto**
 Vistos.

ZAIR APARECIDO BUENO DE OLIVEIRA – ME ajuizou **AÇÃO DE COBRANÇA** em face de **RM CITRUS LTDA – EPP e EDSON & EMERSON SERVIÇOS RURAIS LTDA – ME** alegando, em sua inicial (fls. 01/02), que é credor da importância de R\$29.369,60 representada por orçamentos. Que tais orçamentos foram originados de serviços de reparo e manutenção de equipamentos agrícolas dos réus. Requereu a procedência da demanda para condenar os réus ao pagamento de R\$29.369,60 e juntou documentos.

Citada, a corré **EDSON & EMERSON SERVIÇOS RURAIS LTDA – ME** ofertou contestação (fls. 114/121) alegando que apenas o contestante Edson foi citado e que o Sr. Emerson também deve ser citado para responder à ação. Impugnou os orçamentos apresentados pelo autor e aduziu não ser responsável pelo pagamento. Requereu a improcedência dos pedidos e juntou documentos.

A ré **RM CITRUS LTDA EPP** não apresentou contestação (fl. 138).

Réplica às fls. 142/143.

Indeferida a gratuidade à ré **EDSON & EMERSON SERVIÇOS RURAIS LTDA – ME** às fls. 144/145 e à fl. 150 determinação para recolher as custas no prazo de cinco dias, sob pena do não conhecimento da contestação.

Decorrido o prazo sem que a ré **EDSON & EMERSON SERVIÇOS RURAIS LTDA – ME** recolhesse as custas processuais.

Deferido prazo de 48 horas para a ré **EDSON & EMERSON SERVIÇOS RURAIS LTDA – ME**.

Custas recolhidas às fls. 163/164 e 169/171.

Decisão para o autor informar qual a relação entre as rés que justifique a solidariedade e as provas que pretende produzir (fls. 173/174).

Manifestação do autor às fls. 177 e 181.

Decisão determinando esclarecimentos do autor acerca da solidariedade entre os réus (fls. 182/183).

Esclarecimentos à fl. 186.

Decisão de extinção parcial do processo sem julgamento do mérito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

com relação à ré EDSON & EMERSON SERVIÇOS RURAIS LTDA – ME por ilegitimidade passiva, com fundamento no art. 487, VI do CPC e designada audiência de instrução e julgamento (fls. 187/188).

Rol de testemunhas à fl. 193.

Termos de audiência às fls. 196/198.

É o relatório.

Fundamento e decido.

A ré RM CITRUS LTDA EPP não apresentou contestação, portanto aplico-lhe os efeitos da revelia, nos termos do art. 344 do CPC.

Com relação à ré EDSON & EMERSON SERVIÇOS RURAIS LTDA – ME, o processo foi extinto sem julgamento do mérito, nos moldes do art. 487, VI, do CPC, conforme decisão de fls. 187/188.

Pleiteia o autor o recebimento da importância de R\$29.369,60 consistente nos orçamentos de fls. 15/87.

A testemunha Paulo Henrique Rio foi ouvida sem compromisso e disse que é funcionário do autor o qual tem uma loja e oficina de tratores, que é vendedor de peças, cuida da loja e é responsável pelo estoque. Afirmou que a empresa possui mais funcionários e que é ele quem dá ordens como se fosse o gerente. Que os réus foram clientes por uns cinco ou sete anos e pararam há algum tempo. Que a empresa ré pegava peças e fazia serviços e que ela tinha trator Valtra, Massey Ferguson, 65 R, pazinha carregadeira, roçadeira, carreta e ia até a loja fazer manutenção dos mesmos e que às vezes era necessário que fosse deslocado mecânico para fazer o serviço na sede da ré. Que quando fazia serviço, fazia uma OS e ia debitando as peças e o Emerson vinha verificar o preço e negociar. Tinha coisas que ficavam sem assinar. Que isso faz mais de cinco anos e ficaram sem pagar. Que eles pagavam por partes e que hoje os réus estão tocando uma "granjinha" (sic).

A testemunha Ronieres Dias de Souza afirmou que trabalha na empresa do autor como mecânico de tratores e não é o chefe da oficina. Que a ré RM CITRUS fazia serviços lá e comprava peças. Que ficaram sem pagar e pararam de levar serviço lá há uns dois ou três anos. Que o cliente ligava e eles iam lá levar a peça e trocava, e quando voltavam na loja, passavam o que foi feito. Que o serviço era feito na confiança e não levava documento para a ré assinar.

Pode se observar que alguns dos orçamentos de fls. 15/87 estão sem assinatura do cliente, entretanto, como a ré é revel e, ainda, as testemunhas afirmaram que algumas vezes os serviços eram feitos sem que o cliente assinasse o pedido, há de se considerar que os orçamentos são legítimos.

Ademais, as datas dos orçamentos variam dos anos de 2011 a 2013, que coincide com período que a testemunha Ronieres afirma que faz “dois



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ou três anos” que a ré parou de levar serviço à autora.

Ante o exposto, julgo **PROCEDENTES** os pedidos para condenar a ré **RM CITRUS LTDA – EPP** ao pagamento do valor de R\$29.369,60, corrigidos desde a propositura da ação pela tabela prática do TJSP com juros de mora de 1% ao mês desde a citação.

Condeno a ré RM CITRUS LTDA – EPP ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor atualizado da condenação, nos termos do art. 85, §2º do CPC.

P.I.

São Carlos, 30 de novembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**